

REPENSANDO A MASCULINIDADE: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES FRENTE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E IDEALIZAÇÃO DA ESPOSA TRADICIONAL

Camila dos Santos Cunha¹
George Moraes De Luiz²

RESUMO

A violência doméstica e a perpetuação de estereótipos de gênero continuam sendo desafios significativos em nossa sociedade, demandando uma análise crítica das construções sociais que os sustentam. Este estudo, parte de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), busca compreender as dinâmicas de transformação nas relações de gênero, com foco especial na masculinidade e sua relação com a violência doméstica. O objetivo central é investigar as vivências de mulheres que retomaram relacionamentos com parceiros após estes participarem de grupos reflexivos, analisando como as práticas discursivas moldam percepções e comportamentos relacionados à masculinidade hegemônica e à idealização da “esposa tradicional”. A metodologia adotada baseia-se na análise das práticas discursivas, conforme proposto por Mary Jane Spink, explorando como a linguagem não apenas reflete, mas também constrói realidades sociais. Este enfoque é particularmente relevante no contexto dos grupos reflexivos para homens encaminhados pela Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis, onde a pesquisadora atua como psicóloga. Os resultados preliminares indicam que a desconstrução de narrativas dominantes sobre masculinidade e papéis de gênero pode levar a transformações significativas nas dinâmicas relacionais. Observa-se que, ao questionar a idealização da “esposa tradicional” e os padrões de controle associados à masculinidade hegemônica, os participantes começam a desenvolver perspectivas mais equitativas. A discussão centra-se na forma como essas mudanças discursivas podem impactar comportamentos, reduzindo potencialmente a incidência de violência doméstica. As considerações finais apontam para a importância de continuar promovendo espaços de reflexão e diálogo que desafiem concepções enraizadas de gênero, visando fomentar relações mais saudáveis e igualitárias. Este estudo contribui para o campo ao demonstrar como a análise das práticas discursivas pode ser uma ferramenta poderosa na compreensão e transformação de padrões de comportamento nocivos, oferecendo insights valiosos para futuras intervenções e políticas públicas voltadas para a prevenção da violência doméstica e promoção da equidade de gênero.

Palavras-chave: Masculinidade Hegemônica, Violência Doméstica, Esposa Tradicional, Construtivismo Social, Gênero e Equidade.

INTRODUÇÃO

¹ Pós-Graduanda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, camila.cunha@aluno.ufr.edu.br;

² Professor Orientador: Doutor em Psicologia Social e Docente do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR, george@ufr.edu.br.

A persistência da violência doméstica no Brasil, apesar dos avanços normativos e institucionais, revela a densidade histórica dos regimes de gênero que produzem, naturalizam e legitimam desigualdades entre homens e mulheres. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) conformou um marco civilizatório, porém sua efetividade depende de mudanças culturais e subjetivas que ultrapassam a dimensão jurídico-punitiva. Nessa direção, o debate contemporâneo sobre masculinidades tem se mostrado central: interroga-se o que se aprende socialmente a respeito do "ser homem", como tais aprendizados se relacionam a práticas de controle, e de que modo podem ser reconfigurados em direção a relações não violentas.

Este trabalho situa-se nesse cruzamento, com foco específico em dois eixos que se retroalimentam: a masculinidade hegemônica e a idealização da "esposa tradicional". O primeiro remete ao conjunto de expectativas que privilegiam virilidade, racionalidade, controle e autoridade masculina (Connell; Messerschmidt, 2013), frequentemente associadas a práticas de dominação e à manutenção de hierarquias de gênero. O segundo refere-se a um imaginário de feminilidade centrado na abnegação, obediência e na centralidade da mulher no cuidado, articulado à moral familiar e religiosa, que sustenta a assimetria relacional.

Partindo de uma pesquisa empírica em andamento no contexto de grupos reflexivos para homens encaminhados pela Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis, e articulando a análise das práticas discursivas (Spink, 1999), buscou-se compreender como a linguagem produz sentidos que podem tanto manter quanto transformar padrões de gênero. O estudo concentra-se nas vivências de mulheres que retomaram relacionamentos após a participação de seus parceiros nesses grupos, interrogando efeitos discursivos e práticos desse processo.

Estruturalmente, o texto apresenta: (i) referencial teórico sobre masculinidades, violência doméstica e idealização da esposa tradicional; (ii) abordagem metodológica com ênfase na análise das práticas discursivas; (iii) contextualização do campo empírico; (iv) análise de resultados preliminares; (v) discussão e implicações; (vi) considerações finais.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, de orientação construcionista, ancorada na análise das práticas discursivas e na produção de sentidos no cotidiano, com foco na linguagem — repertórios, metáforas, dilemas e categorias — por meio da qual se constroem realidades, se

posicionam sujeitos e se orientam ações (SPINK, 1999). Não se busca uma essência da masculinidade, mas os modos como as enunciações significam relações e comportamentos.

O contexto empírico compreende grupos reflexivos com homens encaminhados pela Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rondonópolis. As participantes da investigação são mulheres que retomaram o relacionamento após a participação de seus parceiros nos grupos, selecionadas por conveniência e saturação teórica, assegurando diversidade etária, de classe, de escolaridade e de tempo de relação.

Os instrumentos incluem entrevistas narrativas em profundidade; eventual diário de campo da pesquisadora, na condição de psicóloga nos grupos (com clara separação de papéis e resguardo ético) e análise de materiais dos grupos (acordos, roteiros), quando disponíveis e autorizados. As entrevistas serão gravadas e transcritas de modo literal.

A análise segue a perspectiva das práticas discursivas e emprega o método de Mapas de Associação de Ideias (SPINK, 2010). Procede-se à organização do corpus em unidades de sentido e à identificação de: repertórios interpretativos, posições de sujeito e jogos de justificação/contradição. Preserva-se a dialogia na transcrição, mantendo, quando pertinentes, marcas de interação (pausas, ênfases, interrupções, risos). Em seguida, realiza-se a sequenciação temática e temporal para acompanhar: (i) a mobilização de repertórios interpretativos; (ii) a atribuição de posições de self e de outros, com seus direitos e deveres; (iii) a emergência de dilemas e paradoxos morais; (iv) as mudanças de repertório (p. ex., após a participação nos grupos) e seus efeitos práticos relatados; e (v) as condições de produção dos enunciados, tais como contexto judicial, presença de filhos, redes de apoio, trabalho e religião.

Aspectos éticos: a pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 88500925.5.0000.0126), em conformidade com as Resoluções do CNS 466/2012 e 510/2016. Adota-se TCLE com explicitação de riscos e benefícios; garantem-se confidencialidade, anonimização e possibilidade de desistência a qualquer tempo; e estabelece-se protocolo de segurança para relatos de risco iminente, com encaminhamentos a serviços de proteção e de saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

A noção de masculinidade hegemônica, proposta por Connell (1995) e revisitada por Connell e Messerschmidt (2013), descreve arranjos de práticas que asseguram a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres, articulando com os marcadores sociais de interseccionalidade. Em sociedades tradicionalmente patriarcais, essa hegemonia se manifesta em expectativas de que os homens sejam provedores, protetores e líderes, mesmo

quando materialmente tais posições são instáveis. Michael Kimmel (1987) indica que a masculinidade pode ser pensada como homens vendo-se pelos olhos de outros homens, mantendo uma constante pressão por provar-se e evitar a desqualificação como não homem. Ao enfatizar a dimensão relacional e comparativa, esse argumento se aproxima de abordagens construcionistas que entendem o gênero como efeito de práticas simbólicas e interacionais que, reiteradas no cotidiano, estabilizam sentidos sobre o que é ser “homem de verdade”.

A incorporação do construcionismo social, tal como formulado por Spink (2010), aprofunda essa leitura ao deslocar o foco do “traço” individual para as práticas discursivas por meio das quais os sentidos são produzidos e negociados no cotidiano. Spink (2010) argumenta que a linguagem não espelha realidades prontas, mas constitui ações socialmente situadas ao falar, descrevemos, justificamos, avaliamos e, sobretudo, fazemos coisas no mundo. Esses “fazer-dizeres” organizam repertórios interpretativos, categorias e contraposições morais que orientam condutas e sustentam hierarquias.

Nos diálogos sobre construcionismo social com Cordeiro et al (2023), enfatiza-se o caráter relacional e situado do conhecimento: realidades são co-construídas nas interações, atravessadas por jogos de posicionamentoresponsabilidade e regimes de verdade que conferem legitimidade a certas versões dos fatos enquanto desautorizam outras. Aplicado à masculinidade, esse enquadramento evidencia como expectativas de virilidade, controle e provisão se adensam por meio de narrativas culturalmente disponíveis, que os homens mobilizam para se apresentarem como adequados diante de pares e instituições, reforçando, assim, a hegemonia descrita por Connell (1995) e Connell e Messerschmidt (2013).

Bourdieu (1997) explica como a dominação masculina se sedimenta como *habitus* esquemas de percepção e apreciação que naturalizam a hierarquia de gênero e a percebida “adequação” de certos papéis. Esse processo de naturalização encontra, no construcionismo de Spink (2010), uma chave para destravar sua suposta evidência: o *habitus* é continuamente reeditado na circulação de repertórios e justificativas no cotidiano, que definem o que “conta” como comportamento masculino legítimo.

Butler (2018), por sua vez, destaca a performatividade do gênero, enfatizando a repetição de atos que cria a aparência de naturalidade; dessa forma, práticas masculinas violentas e controladoras não são essência, mas efeitos de processos normativos reiterados. Do ponto de vista construcionista, a performatividade pode ser lida como um jogo de posições discursivas: ao reiterar certos modos de falar e agir, os sujeitos se autorizam e são autorizados por ordens de sentido que se apresentam como “o natural”, “o correto”, “o de Deus”, etc., articulando moralidades e afetos que tornam plausíveis as práticas de controle.

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno complexo, multicausal e atravessado por dimensões culturais, econômicas e institucionais (Heise, 1993; OMS, 2013). No Brasil, a Lei Maria da Penha consolidou medidas protetivas, mecanismos de responsabilização e políticas de prevenção, incluindo a possibilidade de encaminhamento de homens autores de violência a grupos reflexivos. Ainda assim, a persistência do problema evidencia que a transformação exige reconfiguração simbólica e relacional.

Do ângulo da produção de sentidos, tais dispositivos não operam apenas por transmissão de informação, mas como arenas conversacionais em que versões de si e do outro são disputadas, e em que o “homem-provedor”, o “ciúme como cuidado” ou a “mulher que provoca” podem ser problematizados. A abordagem construcionista proposta por Spink (2010) e os diálogos com Cordeiro et al (2023), acentuam a importância de tornar visíveis as condições de produção das narrativas — quem fala, para quem, com que propósitos, sob quais regras de plausibilidade —, deslocando a intervenção de um modelo corretivo para um processo de renegociação de repertórios e posições de sujeito.

Saffioti (2015) discute o “nó” entre patriarcado e violência, destacando que a desigualdade de poder nas relações íntimas pode se expressar por distintas formas de violência (psicológica, moral, patrimonial, física e sexual), muitas vezes normalizadas por discursos que justificam controle e ciúme como “provas de amor”. Nessa direção, o construcionismo social pela perspectiva de Cordeiro et al (2023) permite examinar como tais justificativas se consolidam em cadeias argumentativas que apelam a tradições, princípios religiosos, expectativas comunitárias e roteiros midiáticos. Ao descrever e avaliar episódios de conflito, os atores mobilizam repertórios que não são privados, mas públicos e circulantes: é nesse terreno compartilhado que se fixa a inteligibilidade do controle como cuidado, e se deslegitima a autonomia feminina como “frieza”, “ingratidão” ou “rebeldia”.

A figura da “esposa tradicional” é sustentada por imaginários que valorizam a docilidade, a submissão, a maternidade como destino e a centralidade do trabalho doméstico e de cuidado. Essa idealização, além de invisibilizar a dupla jornada e as agências femininas, produz expectativas assimétricas: ao homem caberia comandar e prover; à mulher, obedecer e cuidar. bell hooks (2004) e autoras feministas latino-americanas chamam atenção para como esse ideal se entrelaça com moralidades religiosas e com uma pedagogia afetiva que premia a abnegação feminina enquanto naturaliza o controle masculino. Em termos construcionistas, trata-se de um objeto discursivo que organiza fronteiras morais e posiciona sujeitos: a “boa esposa” versus a “mulher moderna”, categorias que funcionam como atalhos avaliativos para justificar vigilância, limitação de redes sociais e controle financeiro (Cordeiro et al, 2023).

No plano discursivo, a idealização opera por meio de repertórios que elogiam a “boa esposa” e demonizam a “mulher moderna” ou “independente”, mobilizando polarizações morais. Tais repertórios sustentam práticas de vigilância, limitação de redes sociais e controle financeiro, frequentemente justificadas como zelo ou proteção. Spink (2010) mostra que esses repertórios são acionados em situações concretas e ancorados em linguagens de risco, cuidado e responsabilidade: dizer “eu só quero o melhor para minha família” ao mesmo tempo descreve, avalia e prescreve condutas. As entrevistas reunidas em Cordeiro et al (2023), enfatizam o caráter relacional desses processos, destacando que mudanças duráveis dependem de deslocar os jogos de linguagem disponíveis abrindo espaço para novas descrições de si e do outro, revalorizando formas de cuidado não baseadas no controle.

Programas de intervenção com homens autores de violência no Brasil e internacionalmente, combinam responsabilização, psicoeducação em gênero e habilidades de regulação emocional (Barker, 2005 Pulerwitz et al., 2006); experiências brasileiras inspiradas em Instituto Promundo (2013), Instituto Noos (2014) e iniciativas do sistema de justiça. Evidências sugerem que mudanças sustentáveis dependem não apenas de informação, mas de processos dialogados que desafiem repertórios normativos, convidando os participantes a reconstruir suas narrativas identitárias. Sob uma lente construcionista, grupos reflexivos podem ser concebidos como dispositivos de conversação que expandem possibilidades de posicionamento: do “homem que precisa impor respeito” ao “homem que cuida sem controlar”, do “ciúme como prova de amor” ao “respeito como condição do vínculo”. A centralidade da linguagem como prática implica trabalhar com as metáforas, justificativas, categorias e dilemas morais, que organizam a experiência dos participantes, realizando movimentos de ressignificação aproximando as propostas de mudança de suas próprias histórias.

Assim, a análise das práticas discursivas oferece uma chave metodológica potente para captar tais movimentos, não se tratando apenas do que os homens “sabem” sobre gênero, mas de como narram a si mesmos, posicionam as parceiras e justificam ou rechaçam o controle e a violência. Nessa perspectiva, o encontro entre Connell (1995), Kimmel (1987), Bourdieu (1997) e Butler (2018) com o construcionismo de Spink (2010) e os diálogos com Gergen, Íñiguez-Rueda e Ibáñez em Cordeiro et al (2023) permite compreender a masculinidade hegemônica como um arranjo simultaneamente estrutural e discursivo, sedimentado em habitus, performatividades e repertórios cotidianos. Conseqüentemente, intervir na violência doméstica exige atingir esse plano de produção de sentidos, ampliando as linguagens de vínculo, cuidado e autoridade legítima, e instaurando condições de conversação que desnaturalizem o controle e tornem desejáveis outras formas de relação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os grupos reflexivos vinculados à Vara de Violência Doméstica e Familiar Especializada em Rondonópolis se inserem no eixo de responsabilização e prevenção previsto pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), articulando, em geral, temas como: responsabilização pelos atos, reflexão sobre masculinidades e gênero, regulação emocional e comunicação não violenta, paternidade e cuidado, uso de álcool e outras drogas, e redes de apoio e direitos. A leitura dos encontros, à luz das práticas discursivas, revela movimentos de mudança nos repertórios linguísticos que organizam justificativas, desculpas e compromissos práticos dos participantes. Em termos analíticos, observamos três planos que se entrecruzam: (1) deslocamentos discursivos do “ciúme é cuidado” para “ciúme é controle”, do “homem provedor manda” para “autoridade compartilhada” e do “foi a raiva” para “eu escolhi fazer isso”; (2) reconfiguração de posicionamentos de self e de outros (companheira, filhos, rede), com redistribuição de direitos e deveres; e (3) efeitos práticos no cotidiano, como adoção de estratégias de desescalada, busca de serviços e cumprimento de medidas. Esses achados conversam com a literatura feminista e com estudos sobre patriarcado, violência de gênero e intervenções com autores de violência.

Partindo de hooks (2022), o horizonte normativo de que sustenta que o objetivo é pôr fim às opressões sexistas e a todas as formas de dominação relacionadas, beneficiando mulheres, homens e crianças ao ampliar a liberdade e a mutualidade nas relações (hooks, 2025). Quando os grupos trabalham linguagem cotidiana e crenças — por exemplo, desnaturalizando “ciúme como prova de amor” — observa-se que os homens passam a nomear o ciúme como técnica de controle e a reconhecer seus efeitos de medo e silenciamento sobre as parceiras. Essa reconfiguração linguística tem efeitos performativos: modifica o que se considera legítimo fazer e dizer, abrindo espaço para compromissos de não repetição e pactos de respeito (Spink, 2010). Essa virada está em consonância com a pedagogia feminista defendida por hooks (2022), que aposta em processos educativos acessíveis, dialógicos e críticos como alavancas de transformação social, inclusive para homens, desde que o foco permaneça a desnaturalização do sexismo e da violência (hooks, 2022).

Sob a lente de Saffioti (2015), os resultados ganham densidade estrutural. Em O poder do macho, Saffioti (1987) explicita como a dominação masculina se atualiza em micropráticas de controle sobre o corpo, o tempo e a mobilidade das mulheres, ancoradas em relações de poder assimétricas, materiais e simbólicas. Nos nossos dados, expressões como “se ela me

respeitar, eu respeito” ou “quando eu grito, ela para” denotam um contrato de obediência em que a autoridade masculina é pressuposta e o medo funciona como tecnologia de governo do outro. Saffioti (2015) articula o circuito patriarcal em três dimensões — gênero, classe e raça — e mostra como a violência é um instrumento de manutenção da ordem patriarcal. Os deslocamentos observados nos grupos — quando homens passam a reconhecer a violência como escolha e crime, e não como “descontrole” — representam fraturas, ainda que parciais, nessa ordem. Importa notar, contudo, que tais fraturas são instáveis se não forem apoiadas por redes institucionais e políticas públicas que removam incentivos à recidiva e reforcem práticas igualitárias (Saffioti, 2004).

A literatura científica internacional sobre programas de intervenção com autores de violência indica efeitos modestos, porém reais, quando há: enfoque claro na responsabilização; integração com o sistema de justiça e a rede de proteção e abordagem de gênero que confronte crenças legitimadoras da violência (Gondolf, 2004). Esse padrão se alinha ao que vemos: não basta treinar “técnicas de calma”; é preciso disputar os repertórios que naturalizam a desigualdade e sustentar, institucionalmente, a responsabilização. Ao mesmo tempo, estudos sobre masculinidades hegemônicas mostram que mudanças duráveis tendem a ocorrer quando os homens têm oportunidade de construir identidades masculinas alternativas que mantenham status sem apoiar-se na dominação, isto é, ancoradas no cuidado, na corresponsabilidade e na ética do limite (Connell; Messerschmidt, 2013). Nos grupos, quando a paternidade cuidadora e a parceria igualitária emergem como fontes legítimas de valor masculino, os relatos de redução de conflitos e de busca por ajuda aumentam, o que coaduna com esse corpo de evidências.

No plano operativo, três frentes se destacam. Primeiro, critérios de conclusão e recidiva. A experiência e a literatura sugerem combinar indicadores processuais (assiduidade, cumprimento de tarefas, adesão a medidas protetivas) com indicadores de mudança discursiva e comportamental: redução de justificativas que culpabilizam a vítima; aumento de autorreferências responsabilizantes (“eu fiz”, “eu posso parar antes”); busca voluntária de serviços e diminuição de táticas de controle. Isso pode ser observado por meio de análises de repertórios linguísticos e de posicionamentos ao longo das sessões, conforme proposto pelas práticas discursivas (Spink, 2010), sem perder de vista que a mudança sustentável exige tempo e suporte externo (Gondolf, 2004).

Segundo, já diante da ideias de hooks (2025), proteção e autonomia das mulheres, a intervenção com homens só é coerente com a perspectiva feminista se estiver subordinada à centralidade da segurança e da autonomia. Por isso, é recomendável que os grupos estejam articulados formalmente à rede de enfrentamento conectados com serviços de proteção

especializados, que garantam fluxos de informações pertinentes ao risco, respeitando sigilo e consentimento. Saffioti (1987) lembra que a violência reorganiza a economia da vida das mulheres; assim, acesso a renda, moradia, cuidado com os filhos e transporte influencia diretamente a possibilidade de romper o ciclo. Os resultados obtidos tendem a ser mais sólidos quando há encaminhamentos efetivos para direitos e serviços das parceiras e acompanhamento das medidas protetivas (Brasil, 2006).

Terceiro, políticas públicas e educação. A dimensão linguística é estratégica. Campanhas que enfrentam o vocabulário cotidiano desmontando a equivalência “ciúme = amor”, “homem que manda = família em ordem”, “lavar roupa = coisa de mulher” produzem efeitos simbólicos que alteram o que é socialmente aceitável (Spink, 2010; hooks, 2022). Nos currículos escolares, a educação para a equidade de gênero desde as séries iniciais, com materiais didáticos e práticas pedagógicas que valorizem o cuidado, o conflito não violento e a reciprocidade, é coerente com a pedagogia feminista e com evidências de prevenção primária (hooks, 2025). Para as equipes, formação continuada em gênero, masculinidades e práticas discursivas capacita profissionais a reconhecer e intervir sobre repertórios legitimadores da violência, evitando tanto a moralização punitivista quanto a psicologização descontextualizada, outra tensão clássica mapeada por Saffioti (2015).

Assim, os resultados apontam que grupos reflexivos, ancorados na responsabilização e no trabalho crítico de linguagem, podem provocar deslocamentos significativos nos repertórios e nas práticas dos participantes. Porém, como argumentam hooks (2022) e Saffioti (2015), mudanças individuais precisam ser cercadas por condições sociais e institucionais que desfaçam os alicerces do patriarcado: políticas de proteção efetivas, redistribuição de poder no cotidiano e educação feminista para todas as pessoas. Quando esses elementos se articulam, os achados dos grupos deixam de ser ilhas e contribuem para trajetórias sustentáveis de redução de violência e ampliação de autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como práticas discursivas sustentam a idealização da “esposa tradicional” e a gestão do controle masculino nas relações íntimas, e em que medida processos reflexivos mediados pela linguagem favorecem pactos mais equitativos e a redução de violências domésticas. Esse objetivo foi alcançado quando participantes interrogam a perspectivas que naturalizam a tutela sobre as mulheres e renomeiam episódios cotidianos de desrespeito e coerção, há deslocamentos nos sentidos e nas práticas que organizam a vida conjugal. À luz das práticas discursivas (Spink, 1999), a linguagem opera

como tecnologia social: nomear, escutar, reformular e reparar redistribuem responsabilidades, ampliam possibilidades de cuidado e reconfiguram fronteiras do aceitável no convívio.

Os principais resultados indicam que: a) desnaturalizar o mito da “boa esposa” enfraquece repertórios o controle que é legítima a violência; b) grupos reflexivos orientados por uma pedagogia da linguagem promovem responsabilização masculina com menor número de reincidência, convertendo “explicações” em compromissos; c) mudanças são graduais e ambivalentes, sujeitas a recaídas, exigindo acompanhamento, rede intersetorial e dispositivos de proteção; d) quando homens reconhecem os efeitos do controle sobre o outro e sobre si, emergem pactos mais simétricos, com potencial de reduzir violências e ampliar cuidados (hooks, 2025; Saffioti, 2004). Tais achados reforçam que transformar palavras e sentidos é também transformar instituições do cotidiano família, escola, serviços.

As contribuições do estudo se distribuem em quatro eixos. No plano científico, articula masculinidades e práticas discursivas, oferecendo categorias para rastrear como enunciados sobre “deveres conjugais”, “respeito” e “autoridade” mantêm ou suspendem o controle; ao explicitar movimentos conversacionais (nomeação, escuta qualificada, reformulação e reparo), propõe um modelo analítico útil a pesquisas e intervenções. No plano social, subsidia prevenção primária e secundária ao mostrar que repertórios cotidianos podem ser reconfigurados em grupos, reduzindo aceitabilidade da violência e fortalecendo redes de apoio. No plano educacional, indica caminhos de formação continuada para profissionais da rede (saúde, assistência, segurança e educação), com ênfase em habilidades discursivas para mediação de conflitos e responsabilização sem humilhação, em diálogo com perspectivas feministas e interseccionais. No plano de políticas públicas, oferece subsídios para aprimorar diretrizes de grupos reflexivos com homens previstos na Lei Maria da Penha, fortalecendo integração intersetorial, indicadores de processo/resultado e protocolos de encaminhamento, monitoramento e proteção (BRASIL, 2006).

Entre as limitações, destacam-se: a) recorte amostral restrito e urbano, limitando transferência a contextos rurais e comunidades tradicionais; b) desenho transversal e autorrelato, com viés de desejabilidade social e subnotificação; c) ausência de triangulação sistemática com observação de campo, registros de rede ou relatos de parceiras; d) pouca heterogeneidade de raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero, restringindo a análise interseccional; e) ausência de avaliação longitudinal de impacto, impedindo afirmar sustentação das mudanças no médio prazo. Essas restrições não invalidam os resultados, mas demarcam limites de generalização e indicam precauções interpretativas.

Por fim, repensar masculinidades frente à violência doméstica não se reduz a “corrigir” homens isoladamente, mas a reconfigurar, com eles e com as mulheres, as condições de possibilidade do viver junto, cuidado partilhado, negociação de conflitos sem violência e amor sem tutela. Ao cumprir o objetivo proposto e mostrar a potência dos deslocamentos discursivos na produção de mudanças, o estudo oferece fundamentos teórico-metodológicos e pistas operacionais para práticas profissionais e políticas públicas comprometidas com relações mais justas e com a prevenção de violências.

REFERÊNCIAS

- Babcock JC, Green CE, Robie C. Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clin Psychol Rev.* 2004 Jan;23(8):1023-53. doi: 10.1016/j.cpr.2002.07.001. PMID: 14729422.
- BARKER, Gary; RICARDO, Christine. Young men and the construction of masculinity in sub-Saharan Africa: Implications for HIV/AIDS, conflict, and violence. **Washington, DC: World Bank**, 2005.
- BEIRAS, Adriano. Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. **Rio de Janeiro: Instituto Noos**, 2014.
- Bourdieu P. 1997. Masculine domination revisited. *Berkeley Journal of Sociology* 41:189-203
- Butler, Judith P. Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 8 ago. 2006.
- CORDEIRO, Mariana Prioli et al. Diálogos sobre construcionismo social: entrevistas com Kenneth Gergen, Lupicínio Íñiguez-Rueda, Mary Jane Spink e Tomás Ibáñez. 2023.
- CONNELL, Robert William. *Masculinities*. Routledge, 2005.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023.
- Gondolf EW. Evaluating batterer counselling programs: a difficult task showing some effects and implications. *Aggress and Violent Behavior.* 2004;9(6):605-31.
- Heise, K. (1994). Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cad. Saúde Pública*, 10, suppl. 1, 146-155.

hooks, bell. *A gente é da hora: homens negros e masculinidade*. Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

Hooks, b. (2025). *Vontade de mudar; homens, masculinidades e amor*. Editora elefante.

Kimmel MS 1987. The cult of masculinity: American social character and the legacy of the cowboy, pp. 235- 249. In M Kaufman (ed.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Oxford University Press, Toronto-Nova York.

Organização Mundial da Saúde. Plan de acción integral sobre salud mental 2013-2030 [Internet]. Genebra: OMS; 2013 [consultado em 20 de dezembro de 2021]. Disponível em: Pan American Health Organization (PAHO).

PULERWITZ, Julie; DWORKIN, Shari L. Give-and-take in safer sex negotiations: The fluidity of gender-based power relations. **Sexuality Research & Social Policy**, v. 3, n. 3, p. 40-51, 2006.

Tatiana Moura, Júlia Garraio e Sílvia Roque, «Título da página eletrônica: Instituto Promundo», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, publicado a 15 fevereiro 2013, consultado a 18 outubro 2025. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/4882>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.4882>

Saffioti, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

As estruturas elementares da violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 29, p. 459–468, 2016. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 15 out. 2025.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas 72 discursivas. In: Spink, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41- 61.

SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. A pesquisa como prática discursiva. In: Spink, M. J. P. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 63-92

SPINK, MJ. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books<<http://books.scielo.org>>.

Tatiana Moura, Júlia Garraio e Sílvia Roque, «Título da página eletrônica: Instituto Promundo», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, publicado a 15 fevereiro 2013, consultado a 18 outubro 2025. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/4882>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.4882>

Babcock JC, Green CE, Robie C. Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clin Psychol Rev*. 2004 Jan;23(8):1023-53. doi: 10.1016/j.cpr.2002.07.001. PMID: 14729422.